

# A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

Perspectivas, Rumos e Desafios

1

Américo Junior Nunes da Silva  
Thiago Alves França  
Tayron Sousa Amaral  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



# A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

Perspectivas, Rumos e Desafios

Américo Junior Nunes da Silva  
Thiago Alves França  
Tayron Sousa Amaral  
(Organizadores)

1

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## A educação dos primórdios ao século XXI: perspectivas, rumos e desafios

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
Thiago Alves França  
Tayron Sousa Amaral

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação dos primórdios ao século XXI: perspectivas, rumos e desafios / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Thiago Alves França, Tayron Sousa Amaral. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-850-2

DOI 10.22533/at.ed.502210403

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. França, Thiago Alves (Organizador). III. Amaral, Tayron Sousa (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos e surpreendidas, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecido como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fez as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias de aproximação entre estudantes e profissionais da educação. E é a partir desse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os/as docentes pesquisadores/as e os/as demais autores/as tiveram seus escritos reunidos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala na mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*”, no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem de estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques à Educação, Ciências e Tecnologias, e os diminutos recursos destinados a essas esferas são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo Daniel Cara, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nessas condições de produção, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que se entrecruzam com o contexto educacional, e que geram implicações sobre ele. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, desafio este aceito por muitos/as professores/as pesquisadores/as brasileiros/as, como estes/as cujos escritos compõem esta obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que, historicamente, circunscrevem a Educação sejam postas e discutidas. Precisamos nos ouvir e sermos ouvidos/as, criando canais de comunicação – como é, inclusive, este livro – que possam provocar aproximações entre a comunidade externa, de uma forma geral, e as diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

As discussões empreendidas neste volume de “***A Educação, dos primórdios ao século XXI: perspectivas, rumos e desafios***”, por terem a Educação como foco, produzem um espaço oportuno de discussão sobre o campo educacional, mas também um espaço de repensar esse mesmo campo em relação à prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a constituem, inter cruzam e condicionam.

Este livro reúne um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países, e que tem a Educação como temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade,

ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

As autoras e os autores que constroem esta obra são estudantes, docentes pesquisadoras/pesquisadores, especialistas, mestres ou doutoras/doutores e que, partindo de sua práxis, buscam, com “novos” olhares, compreender as problemáticas cotidianas que as/os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria uma reação em cadeia, já que, pela mobilização das autoras e dos autores, pela reflexão das discussões por elas/eles empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as, incentivados/as a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nesse movimento, portanto, desejamos a todas e todos uma leitura produtiva, engajada e lúdica!

Américo Junior Nunes da Silva

Thiago Alves França

Tayron Sousa Amaral

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A EDUCAÇÃO DOS PRIMÓRDIOS AO SÉCULO XXI: TRABALHO O FUNDAMENTO DA SOCIABILIDADE HUMANA

Oscar Edgardo N. Escobar

**DOI 10.22533/at.ed.5022104031**

### **CAPÍTULO 2..... 14**

SABERES DOCENTES NA ERA DIGITAL: ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS SOB A ÓTICA DA AGENDA 2030 DA ONU

Reginaldo Guedes

**DOI 10.22533/at.ed.5022104032**

### **CAPÍTULO 3..... 26**

DESAFIOS E FUNÇÕES DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE UMA DOCENTE

Fernanda Luzia de Almeida Miranda

Ieda Maria Giongo

Marli Teresinha Quartieri

Suzana Feldens Schwertner

**DOI 10.22533/at.ed.5022104033**

### **CAPÍTULO 4..... 43**

DEMOCRATIC MANAGEMENT IN CHILDHOOD EDUCATION: CHILDREN'S PARTICIPATION IN DAILY LIFE

Luciano Marcos Silva

Renata Porto Guidi das Neves

Sonia Regina dos Santos Silva

Vandira Borges de Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.5022104034**

### **CAPÍTULO 5..... 51**

AFROLETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS

Amanda Fernandes Brito

Cláudio Arruda Martins Brito

**DOI 10.22533/at.ed.5022104035**

### **CAPÍTULO 6..... 63**

A PENA DE MULTA COMO UMA SITUAÇÃO PROBLEMA NA ESCOLA DA PRISÃO: UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA DE MATEMÁTICA

Charlotte Marques Studier

Eliane Leal Vasquez

Solange Regina Cromianski

**DOI 10.22533/at.ed.5022104036**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>87</b>
O CASO “CAÇADAS DE PEDRINHO” E A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO	
Antonio Gomes da Costa Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5022104037</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>104</b>
PROJETO CALANGUINHO NO QUINTAL DE UMA CRECHE UNIVERSITÁRIA: TRABALHO COLABORATIVO DE CRIAÇÃO DE HORTA ORGÂNICA	
Leila Grazielle de Almeida Brito	
Marilete Calegari Cardoso	
Mainara Mizzi Rocha Frota	
Leandro Nascimento Bertoldi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5022104038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>114</b>
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA SALA DE AULA VIRTUAL: UM DESAFIO DIDÁTICO CONTEMPORÂNEO ATRAVÉS DA ANALÍTICA DA APRENDIZAGEM DISPOSICIONAL	
Maria do Perpétuo Socorro Santos Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5022104039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>124</b>
UM OLHAR SOCIAL E EDUCACIONAL SOBRE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE: BIBLIOTECA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE	
Aníbal João Mangue	
Felipe André Angst	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50221040310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>135</b>
ACESSIBILIDADE E IGUALDADE DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA ATRAVÉS DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAIS UAB/IES	
Benedito de Souza Lima	
Trifena Kelline Martins Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50221040311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>144</b>
ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS PARA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO	
Márcia Saraiva Prudencio	
Nilceia Elias Rodrigues Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50221040312</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>155</b>
A QUALIDADE DA ARGUMENTAÇÃO EM PRODUÇÕES DE TEXTOS PARA UMA DISCIPLINA NA MODALIDADE EAD: UM ESTUDO LONGITUDINAL	
Maria Helena Peçanha Mendes	
Luzia Bueno	

**DOI 10.22533/at.ed.50221040313**

**CAPÍTULO 14..... 170**

**PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO NA SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SENA MADUREIRA – AC**

*Jirlany Marreiro da Costa Bezerra*

**DOI 10.22533/at.ed.50221040314**

**CAPÍTULO 15..... 176**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE APRENDIZAGEM DE PROFESSORES DE PSICOLOGIA DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

*Cristiane de Carvalho Guimarães*

**DOI 10.22533/at.ed.50221040315**

**CAPÍTULO 16..... 184**

**ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*Adelcio Machado dos Santos*

*Rubens Luís Freiburger*

*Daniel Tenconi*

*Danielle Martins Leffer*

*Alisson André Escher*

**DOI 10.22533/at.ed.50221040316**

**CAPÍTULO 17..... 194**

**A DICOTOMIA DA DISLEXIA! UMA QUESTÃO EDUCACIONAL OU DA SAÚDE? PROPOSTA PEDAGÓGICA MULTIDISCIPLINAR**

*Margarete Ligia Pinto Vieira*

*José Ricardo Nunes de Macedo*

*Magali Luci Pinto*

**DOI 10.22533/at.ed.50221040317**

**CAPÍTULO 18..... 206**

**POR QUE OS ESTUDANTES TRABALHADORES PREFEREM METODOLOGIAS ATIVAS?**

*Eduardo Manuel Bartalini Gallego*

*Rodrigo Ribeiro de Paiva*

*Neucilene Aparecida do Vale*

**DOI 10.22533/at.ed.50221040318**

**CAPÍTULO 19..... 218**

**APLICACIÓN DE ABP DESDE LA VISIÓN COMPLEJA Y TRANSDISCIPLINAR EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR**

*Martha Elena Roa Rodríguez*

*Suly Patricia Castro Molinares*

**DOI 10.22533/at.ed.50221040319**

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>230</b>
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE COORDENADORES ESCOLARES: UM RELATO SOBRE A EXPERIÊNCIA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA	
Otávio Vieira Sobreira Júnior	
Luciano Nery Ferreira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.50221040320	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>241</b>
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E CURRICULARES PARA O ENSINO DE ASTRONOMIA NO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO: UMA ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGICA	
Gilson Batista da Cruz	
Maria Joselma Ferreira Noronha Santos	
DOI 10.22533/at.ed.50221040321	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>259</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>261</b>



# CAPÍTULO 7

## O CASO “CAÇADAS DE PEDRINHO” E A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

*Data de aceite: 01/03/2021*

**Antonio Gomes da Costa Neto**

<http://lattes.cnpq.br/4154607294858508>

**RESUMO:** O caso “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato envolveu diversos setores da sociedade, cujas discussões foram polarizadas entre a censura e o direito a liberdade de expressão. A discussão da Literatura envolveu de igual forma o Poder Judiciário através do Supremo Tribunal Federal. Do mesmo modo o debate incluiu a questão da formação dos Profissionais da Educação através de Políticas Públicas. O uso da Literatura na desconstrução do racismo não foi objeto da deliberação por parte do Estado, simplesmente, transformou norma prescritiva em mera recomendação. A Etnicidade surge como a construção de um significado semântico complexo (sentido e referente) que inclui a identidade, diferença, raça, etnia, pertença, cultura e grupos étnicos. Esse conceito se revela como o mais eficaz para a sua compreensão na América Latina. A Literatura através de sua capilaridade social pode ser um excelente nas políticas de reparação da escravidão. A possibilidade de utilizar os textos de Monteiro Lobato na luta contra o racismo, provavelmente, será um dos maiores debates culturais que já se produziu.

**PALAVRAS - CHAVE:** Monteiro Lobato, Desconstrução, Racismo.

### “PEDRINHO’S HUNT” AND THE DECONSTRUCTION OF RACISM

**ABSTRACT:** The case of Monteiro Lobato’s “Caçadas de Pedrinho” involved several sectors of society, whose discussions were polarized between censorship and the right to freedom of expression. The discussion of Literature equally involved the Judiciary through the Federal Supreme Court. Likewise, the debate included the issue of training Education Professionals through Public Policies. The use of Literature in the deconstruction of racism was not the object of deliberation by the State, it simply transformed a prescriptive norm into a mere recommendation. Ethnicity emerges as the construction of a complex semantic meaning (sense and referent) that includes identity, difference, race, ethnicity, belonging, culture and ethnic groups. This concept proves to be the most effective for its understanding in Latin America. Literature through its social capillarity can be an excellent policy for the repair of slavery. The possibility of using Monteiro Lobato’s texts in the fight against racism will probably be one of the biggest cultural debates that has ever taken produced.

**KEYWORDS:** Monteiro Lobato, Deconstruction, Racism

Texto publicado originalmente com o título “A desconstrução do racismo através de Monteiro Lobato: uma análise do caso ‘Caçadas de Pedrinho’”, na Revista do Centro de Letras e Comunicação. Caderno de Letras, n. 25, jul-dez, 2015.

## 1 | INTRODUÇÃO

O debate envolvendo Monteiro Lobato há de ser considerado como uma das maiores, quicá a mais robusta discussão acerca do antirracismo no Brasil do século XXI, eis que o autor a partir da discussão envolvendo a obra "Caçadas de Pedrinho" se inseriu em concursos públicos, pesquisas científicas, discussões por intelectuais, imprensa, movimento social e dentro da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Atualmente, desde a homologação pelo Ministério da Educação (MEC) do Parecer n. 06/2011, do Conselho Nacional de Educação (CNE), através de sua Câmara de Educação Básica (CEB), quando houve por bem permitir que todas as obras literárias, conseqüentemente, qualquer material de cunho didático, em tese, com expressões de estereótipos, racismo, preconceito ou discriminação racial podem ser adquiridas com recursos públicos por não violarem a legislação nacional e internacional antirracista.

Nessa vertente, quando da decisão com abrangência nacional, em juízo de nova análise converteu norma prescritiva em sugestão (ANDRADE, 2013), por força de inclusão de fundamentação legal nesse sentido, cuja discussão encontra-se perante o Supremo Tribunal Federal (STF) desde o ano de 2011 (RADOMYSLER, 2011; 2013), através de Ação Judicial que questiona as razões que levaram o MEC a homologar o parecer do CNE em desconformidade da Lei, convertendo-o em sugestão sem a garantia de formação profissional, bem como sua não inserção nos critérios de regulação e fiscalização das instituições de ensino superior.

Toda a celeuma representada pela análise sobre textos literários da obra em comento alcançou, individualmente, no exercício de 2010 o percentual de 10,4% dos noticiários (ANDI, 2011), ficando atrás apenas das discussões sobre o Estatuto da Igualdade Racial e o Sistema de Cotas em Vestibulares, todavia, o tema ainda permanece em discussão.

Nesse aspecto, o presente artigo visa discutir como Monteiro Lobato poder-se-ia contribuir para a desconstrução (DERRIDA, 2008) do racismo, notadamente, caso não houvesse mudança de orientação na proposta inicial pelo CNE, quando observada em situações ocorridas após da edição da referida norma, no que tange ao tratamento destinado aos Profissionais da Educação (Operadores da Educação e do Ensino) que atuam como a temática étnico-racial (COSTA NETO, 2014).

Nossa análise circunscreve-se ao processo judicial denominado Mandado de Segurança (MS), em torno da utilização de obras literárias perante o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), que tem sido abordado apenas na perspectiva de direito à liberdade de expressão e racismo.

Nesse prisma, quando do uso de obras literárias produzidas em tempos pretéritos, cuja admissibilidade do racismo através do eugenismo era reconhecida como Política Pública Educacional (BRASIL, 1934), apoiada na ideologia do branqueamento (HASEMBALG, 2005; HOFBAUER, 2006; JACCOUD, 2009; NOBLES, 2009).

Os efeitos da situação em comento tem relação direta com a identidade negra na América Latina (WADE, 2000; 2008; OLIVEIRA, 2000), em que os novos contextos culturais (AGIER, 2001; 2006) quando incorporados os diversos atores culturais e políticos face à heterogeneidade da população tem buscado inserir nas agendas políticas dos governos latino-americanos (COSTA, 2011), utilizando de diversos mecanismos a disposição da sociedade.

Partimos da premissa da desconstrução (**deconstruction**) do racismo (**racism**) e das teses acadêmicas do racialismo (**racialism**), em que o ensino tem papel fundamental nessa operacionalização, ou seja, em política antirracista, bem como na luta por direitos coletivos dos afrodescendentes na América Latina (HOOKER, 2010).

Inicialmente, há de se observar que as discussões acerca da obra do autor foram interpretadas como censura (RANGEL, 2010; ROSENFELD, TRINDADE, 2013), enquanto diversas outras manifestações foram no sentido da presença de questões raciais, bem como quando da orientação do MEC caminhava em sentido inverso à desconstrução do racismo (ANDRADE, 2013; FERES JÚNIOR, NASCIMENTO, EISEMBERG, 2013; PORCIÚNCULA, 2014).

A importância do debate quando alcançaram os noticiários, a obra do autor, a academia, profissionais da educação, a sociedade, o Estado, demonstrando o poder de Literatura, porém, quando da recusa explícita do debate e reconhecimento da existência do racismo, inclusive com a mudança de orientação do órgão da educação observa-se o fato da polêmica não ter conseguido agregar a desconstrução do racismo aos Estudos Literários e as atividades do Estado.

## 2 I “CAÇADAS DE PEDRINHO” NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Para compreensão do alcance da discussão sobre o autor, há de se verificar a trajetória envolvendo "Caçadas de Pedrinho" até o Supremo Tribunal Federal (STF), eis que todas as circunstâncias que envolveram a controvérsia tem como pressuposto a existência de uma Política Pública (**public policy**), políticas (**politics**) e Políticas Públicas de Estado Antirracista (**anti-racism policy**), obrigatoriamente, representada como princípio filosófico-jurídico e de diretriz político-jurídico pelas normas legais do Estado brasileiro, bem como no direito internacional.

Utilizando-se do caso concreto em relação à obra “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato para um alcance geral e difuso (OLIVEIRA, 2006) foi questionado o sistema de ensino Distrital, inclusive, para as Instituições de Ensino (IE) particulares e públicas (Básica e Superior) observassem as normas insculpidas para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Destacadamente, em relação à obra de Monteiro Lobato que fez parte do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) de 1998 e 2003, além de integrar acervo de diversas

IE a partir de análise de recente edição (2009), oportunidade que se observou está à mesma em consonância com a nova ortografia da Língua Portuguesa, bem como da existência de nota de apresentação que alertava sobre a política de proteção ambiental em relação a “onça”, recentemente, objeto de ratificação pelos órgãos proteção do meio ambiente<sup>1</sup>.

O feito contestou a ausência de qualquer referência à política pública para a uma Educação das Relações Étnico-Raciais, nesse diapasão no tocante a personagem Tia Nastácia, bem como aos animais (macaco, urubu, besouro e rinoceronte), todos eles relacionados com a cor preta, atribuindo-lhes valores depreciativos, negativos ou inferiores e reforçando estereótipos.

Em primeira análise o CNE traçou determinações sobre sua utilização, e após juízo de retratação, por determinação do MEC, reconsiderando posicionamento anterior, deu novo tratamento ao tema abordado, perdendo a diretriz inicial de uma possível abordagem em relação ao racismo a partir da leitura lobatiana, bem como deixou de garantir a implementação de uma Política Antirracista nos sistemas de ensino.

Consoante esse posicionamento, houve recursos dirigidos ao Ministro da Educação, bem como a Presidenta da República, tanto por Antonio Gomes da Costa Neto e da Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em face da não observância das normas antirracistas pelo CNE e do Ministro da Educação.

Em dezembro de 2014, o Ministro Relator perante o STF entendeu por bem negar seguimento ao mandado de segurança, ou seja, não deu continuidade à ação alegando que o pleito apesar do recurso e pedido de avocação à Presidência da República não justificaria aquela instância judicial, porém, o caso ainda será julgado pelo Plenário do STF, podendo ser remetido a Corte Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), ter sua continuidade no STF ou sua remessa ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por outro lado, perante a ação judicial encontra-se recurso administrativo da Ouvidoria da SEPPIR para o MEC, e caso não reconsiderado pelo Ministro da Educação, o mesmo deverá ser remetido e apreciado pela Presidência da República, cujo pleito assim está consubstanciado:

Seja reconsiderada a **homologação do Parecer CNE/CEB nº 06/2011** por Vossa Excelência, remetendo ao Conselho Nacional de Educação para **adequação do referido parecer às normas do ordenamento jurídico pátrio**, no que se refere ao **Poder Público ser impedido de financiar, adquirir e/ou estimular a utilização de materiais didáticos** que apresentem **preconceitos, conteúdos racistas ou quaisquer tipos de discriminação, bem como este material não faça parte** do acervo da rede **pública de ensino**;

Caso Vossa Excelência entenda pela **não retratação, seja este recurso submetido à apreciação da autoridade superior.** (grifamos)

---

<sup>1</sup> Cf. Portaria 291, de 03 de julho de 2014, do Ministério do Meio Ambiente quando instituiu o Plano Nacional para Conservação da Onça Pintada.

O problema torna-se ainda maior, a partir do fato da signatária e relatora do Parecer n. 06/2011, contestado à época de sua homologação pela SEPPIR, órgão responsável pelo combate ao racismo na estrutura do Estado brasileiro ser a sua Ministra Chefe desde janeiro de 2015, fato inusitado, eis que quando atuando como autoridade administrativa da Educação, suas ações não se coadunariam com a política antirracista, portanto, o imbróglcio ainda terá muitos capítulos.

Nesse diapasão, desde o advento da posse no órgão de Igualdade Racial, estariam ministra e demais subordinados hierárquicos impedidos, além de suspeitos de atuarem administrativamente por força de lei no caso até a decisão pelo Ministro da Educação, se mantida a orientação, ou da remessa a Presidenta da República para apreciação do recurso hierárquico.

Por outro lado, o plenário do STF deverá apreciar se mantém ou não a decisão do Ministro Relator para julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nesse passo, a análise mais uma vez não será sobre racismo, preconceito, discriminação ou educação étnico-racial, apenas o cunho de admissibilidade da ação para seu regular prosseguimento no Judiciário.

Ausente qualquer decisão das autoridades administrativas, o caso encontra-se junto ao STF desde 2011, o que vem levando a uma reflexão cada vez maior sobre a necessidade de se compreender o racismo no Brasil e América Latina, o debate foi aberto e a Literatura comprova sua vocação para contribuir na discussão.

### **3 I FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Necessariamente, a problemática instituída a partir de Monteiro Lobato tem relação direta com a formação dos Profissionais da Educação, pois a situação inicial se deu em função do uso de obras em contexto educacional, em especial na educação básica, cuja literatura no campo educacional tem sido a grande responsável pela transmissão da cultura legítima (BOURDIEU; PASSERON, 2008).

Conforme Van Dijk (2015, p. 15) o “racismo não é inato, mas aprendido, deve haver meios para esse processo de aquisição ideológica e prática”, portanto através de processo discursivos que podem apresentar aspectos positivos e negativos, ou seja, as “pessoas aprendem a ser racistas com seus pais, seus pares, na escola, com a comunicação de massa, do mesmo modo que com a observação diária” através dos gêneros discursivos (idem, p. 21).

Por isso a discussão sobre “Caçadas de Pedrinho” foi ampliada, atingiria a formação dos futuros profissionais da área de Literatura, bem como aqueles que de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar trabalhariam em todos os níveis de ensino, incluindo-se às atividades típicas de Estado na estrutura do Estado na Educação.

O conceito de estrutura na educação deve ser compreendido como sistemas distintos

de administração em que cada componente se une a um determinado eixo comum, cuja sua realização se opera através de formalidades intrínsecas ou extrínsecas em que cada componente pode ou não depender do outro para se efetivar, impulsionar ou acomodar todos os elementos.

Nesse prisma, a literatura mais uma vez colabora com a Educação quando impulsiona a discussão, conseqüentemente, na formação dos profissionais da Educação (Gestores, Professores, Técnicos e Apoio Escolar), além dos diversos profissionais responsáveis pela atuação da área de fiscalização e regulação (**regulation**).

Valho-me para ilustrar a questão, que todo o debate envolvendo o autor teve sua origem no Distrito Federal, cujo corpo de profissionais da Educação em 2013 alcançou o número de 36.982<sup>2</sup> (trinta e seis mil, novecentos e oitenta e dois) e de acordo com informações colhidas na Escola de Formação dos Profissionais da Educação (EAPE) nos exercícios de 2003 a 2010, obtidos através da Lei de Acesso a Informação (LAI), não se identificou o quantitativo de profissionais com cursos em relações étnico-raciais.

Todavia, em relação ao exercício de 2011 indica a EAPE o total de 353 (trezentos e cinquenta e três) profissionais tiveram formação continuada, e no exercício de 2012 apenas 53 (cinquenta e três), e em 2013 atingindo 79 (setenta e nove), o que não representa nem 1% (um por cento) da força de trabalho da área da Educação.

Ampliando para esfera nacional, através de informações do Ministério da Educação em seu sítio institucional afirma que desde o ano de 2005 até 2013 foram ofertadas 52.365 cursos destinados à formação continuada de Professores, cujo Censo Escolar da Educação Básica em 2012 revela a existência de 2.095.013 profissionais, demonstrando à sociedade que desde o Parecer n. 06/2011, pouco se fez ou quase nada na questão étnico-racial.

Da análise do Censo Profissional em relação à formação continuada alcançou apenas **2,50%** dos **professores** do país nos 8 (oito) anos noticiados, ainda que não se tenha relatório pelo critério de eficiência, eficácia e efetividade desses cursos, projetando nesse ritmo um prazo de 320 (trezentos e vinte) anos para alcançar os atuais profissionais, considerando a expectativa de vida do cidadão, patente a ineficiência do Estado.

Costa Neto (2013) quando da análise pelo critério efetividade manifestava pela ausência do ensino da História da África e dos Afro-brasileiros na Educação, refletindo de maneira categórica a inércia do órgão de educação na implementação, bem como dos órgãos de fiscalização das Políticas Públicas, nesse sentido:

No decênio da implantação do Ensino da História e Cultura da África e dos Afro-Brasileiros, cujas atualizações se fazem necessárias, dever-se-á incluir na formação (inicial e continuada) os profissionais da Educação, de Saúde, Segurança Pública e os operadores do Direito, em todas as suas atividades fim e meio.

---

<sup>2</sup> Como política pública de Estado e antirracista, quando analisada por meio 2 Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) n. 202, de 27-9-2013, pp. 23-26.

dos princípios da transparência e da eficácia, a confirmação se opera através de fatos (acadêmicos e sociais) e atos (ordem jurídica), apresentando-a como norma ainda sem cumprimento.

A análise das informações em relação ao cumprimento da Educação das Relações Étnico-Raciais pelos órgãos de controle, especialmente, pelo critério de transparência e eficácia, ratifica sua não efetivação pela ausência de relatórios pelo critério de efetividade.

O exercício regular do **accountability** aliado à judicialização na perspectiva de defesa dos direitos humanos como instrumento de desconstrução do racismo se constitui em mecanismo que deve ser acionado.

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura da África e dos Afro-Brasileiros não são bem sucedidos em razão de não alcançar os atores sociais envolvidos: comunidade (sociedade civil e ensino), autoridades oficiais (controle governamental) e a comunidade internacional.

Em síntese, podemos entender que o Ensino da História e Cultura da África e dos Afro-Brasileiros vem sendo sistematicamente descumprido aos longos dos 25 anos da Constituição cidadã, cuja ausência da proteção à cultura dos povos formadores da nação brasileira é fato incontroverso.

A obra lobatiana tem função essencial para o antirracismo, quando a partir de análises de dados demonstram à sociedade sendo obrigatória a Nota Explicativa, sua inclusão como modelo representaria a contribuição da literatura ao antirracismo, eis que influenciaria nos órgãos de regulação, fiscalização além das instituições de ensino.

#### **4 | A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO A PARTIR DE MONTEIRO LOBATO**

Quando da análise dos critérios que foram levantados a partir da obra “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato, verifica-se que algumas categorias de análise surgiram com o propósito de buscar trabalhar o conceito de desconstrução do racismo.

A partir de conceitos propostos por Hall (1992) Tadeu da Silva (2007) e Woodward (2007), ao discutirem a questão da identidade e da diferença sobre a identidade cultural no campo da construção da identidade como “tanto simbólica quanto social”, em que a diferença e identidade “só existem numa relação de mútua dependência, portanto, as noções de cultura e de identidade cultural”.

No que tange a América Latina surgem categorias como Etnicidade, Raça, Etnia, Identidade e Diferença em relação aos afrodescendentes, como acentua Diaz-Polanco (1981) a etnicidade por ser compreendida pelas características de relação culturais, organização social, costumes e normas comuns, de cunho sociocultural, i. e., que não se pode considerar como uma definição fixa (WADE, 2000).

Por sua vez, a etnia ou grupo étnico quando reconhecido pela solidariedade

construída através de uma identidade social estabelecido pela diferença (DIAZ-POLANCO, idem; AGIER, 2006), assim, necessário conhecimento do sentimento de pertença.

Nesse passo a Etnicidade compreendida como a construção de um significado semântico (sentido e referente) a partir da identidade, diferença, raça, etnia, pertença, cultura e grupos étnicos, revelando ser a mais eficaz para compreensão perante a América Latina.

Por outro lado, a desconstrução do racismo engloba, necessariamente, os conceitos de racismo Institucional, Cultural e Individual, por dependerem de um processo histórico e discursivo (CUCHE, 2002), em que as fronteiras étnicas (BARTH, 1998), são capazes de auxiliar nessa empreitada.

Portanto, as definições de racismo devem ser observadas a partir da definição proposta por Jones (1973) em três formas: individual<sup>3</sup>, institucional<sup>4</sup> e cultural<sup>5</sup> em que a “cultura cria ou determina a natureza de suas instituições; as instituições socializam os indivíduos e estes perpetuam o caráter cultural” (idem, p. 104), significando a proposição de avaliar expressões brancas, por derradeiro, de forma pejorativa e negativa as negras face às diferenças culturais.

Por outro lado o pensamento lobatiano e sua relação com os princípios da Eugenia (DIWAN, 2003, 2007; JANZ JÚNIOR, 2012; QUAGLINO, 2004; SILVA, 2008), não podem ser ignorados quando da leitura de seus textos literários, pelo contrário, deve ser identificado, compreendido e interpretado.

O fato do debate de forma embrionária seria o primeiro processo para o reconhecimento da potencialidade da literatura na desconstrução do racismo, quer seja através de seus escritores mais expressivos, como dos demais textos a disposição da sociedade e na esfera educacional.

A desconstrução como delineado na proposta de Jacques Derrida, conseqüentemente, haver-se-ia de reconhecer a existência do discurso implícito, ou seja, o racismo, o que se traduz em políticas públicas, fato não olvidado pelo CNE, pois quando não buscou implementar a discussão étnico-racial na literatura, quedou-se dessa oportunidade.

Se houvesse o reconhecimento pelo Estado que a obra lobatiana poder-se-ia agregar a desconstrução do racismo, notadamente, sua operacionalização nas Políticas Públicas Antirracistas em diversas instâncias da Educação, nessa hipótese a vasta literatura de Monteiro Lobato contribuiria de forma positiva, fato não vislumbrado pelas autoridades públicas do MEC (Ministro e Conselho Nacional de Educação).

No que tange há essa oportunidade, considerar-se-ia seu reflexo na estrutura da

3 Cf. Jones (op. cit., p. 105) define o racismo individual é “aquele que considera que as pessoas negras, como um grupo, são inferiores aos brancos, e isso por causa de traços físicos (genotípicos ou fenotípicos)”.

4 Cf. Jones (op. Cit., p. 117) como “as práticas, as leis e os costumes estabelecidos que sistematicamente reflatam e provocam desigualdades raciais”.

5 Cf. Jones (op. Cit. P. 5) como sendo “a expressão individual e institucional da superioridade da herança cultural de uma raça com relação à de outra”, cujo “o rótulo adequado para o ato de exigir que tais minorias culturais atinjam os padrões brancos para que participem das principais correntes de vida econômica e social deste país” (idem, p. 143).



Educação, inicialmente, pela promoção e alteração de todos os cursos de formação de futuros docentes e demais Profissionais da Educação, pois Lobato, obrigatoriamente, contemplaria a vertente da desconstrução do racismo.

Significaria que todo curso de formação inicial e continuada teria acesso a uma vasta obra e sua análise em relação à Educação das Relações Étnico-Raciais ocorreria em sentido amplo, em termos de potencialidade talvez nenhuma outra ação ou autor ter-se-ia essa capilaridade.

A título de exemplificação, no Brasil a Educação Infantil é dever dos Municípios, e o autor Monteiro Lobato se constitui e um dos de maiores autores em uso nos ambientes educacionais, conseqüentemente, aplicar-se-ia nesse segmento uma abordagem de cunho antirracista, situação que não ocorre em tempos atuais.

Fato incontroverso que livros, em tese, com qualquer forma de preconceito, estereótipo ou racismo não podem por força de lei ser utilizados nos sistemas educacionais, nessa hipótese, com a regra de exceção, haveria a garantia de formação profissional, além da inclusão nos sistema de regulação, fiscalização, controle, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas.

Todavia, a permissão de aquisição, como proposto pelo MEC sem agregar a desconstrução do racismo à obra lobatiana, pelo contrário, transformou a discussão sobre o racismo como sem importância, cujos reflexos podem ser a manutenção da discriminação e do racismo.

Reconhecer as possibilidades de um autor para promover a desconstrução do racismo não se constitui em tarefa simples, pelo contrário, representaria uma ressignificação na luta do antirracismo, pouco reconhecida e de baixa efetividade dos órgãos de promoção e combate ao racismo.

Evidentemente, quando o MEC deixa de reconhecer que a obra lobatiana possui condições de agregar o antirracismo, o mesmo se furta em suas atribuições institucionais, pois o reflexo seria a formação imediata de diversos Profissionais da Educação, Segurança Pública, Operadores de Direito e demais Profissionais da Saúde.

Revela-se na discussão que o Estado deixa de efetuar suas atribuições institucionais, contribui para a fase do racismo estamental caracterizado pela “manutenção de um sistema patrimonialista e do estamento burocrático nas Políticas Públicas destinadas a questão étnico-racial”, além do próprio racismo institucional (COSTA NETO, 2013b), verificada nesses casos a hipótese de ausência de responsabilização.

## **5 | A REPARAÇÃO DA ESCRAVIDÃO E O RESGATE RACIAL**

Nesse contexto a questão estaria inserida no tema da reparação que tem sido utilizado pelo movimento social em razão do processo histórico da escravidão moderna, destacando-se entre seus objetivos o reconhecimento do racismo e a busca de sua

desconstrução.

O Poder Judiciário, no caso, o STF, tem papel essencial no conceito da Reparação da Escravidão e do Resgate Racial Jurídico cujo lapso temporal está registrado e desenvolvido pelos ativistas em Direitos Humanos Humberto Adami Santos Júnior, Luiz Carlos Gonçalves Almeida (GÁ) e Antonio Gomes da Costa Neto (BRASIL, 2014), em diversas ações judiciais, além do caso em análise.

Trata-se da utilização do Poder Judiciário através do Resgate Racial Jurídico por Demanda para o reconhecimento de ações de Reparação em favor dos afrodescendentes, incluindo a responsabilização e efetivas ações em favor da população negra, cuja consequência será a inclusão na agenda governamental.

Em síntese, a judicialização como instrumento capaz de discutir propostas de antirracismo com efetividade, além do tratamento discursivo para com o cidadão, dando nova roupagem a demanda judicial, e por final, na operacionalização da desconstrução (**deconstruction**) do racismo (**racism**) e das teses acadêmicas do racismo (**racialism**), considerando a existência de um princípio filosófico-jurídico e diretriz político-jurídico.

No caso da literatura ao repensar Lobato tem sido um dos instrumentos balizadores dessa desconstrução, afinal, quando a “polêmica” lobatiana demonstra sua capacidade de dialogar com o antirracismo, fato não pensando até a sua discussão no Poder Judiciário.

Nesse contexto, qualquer situação que integre uma Política (**public policy**) e políticas (**politics**), quando da formulação, implementação, monitoramento e avaliação deve ser analisados a partir dos critérios de eficiência<sup>6</sup>, eficácia<sup>7</sup> e efetividade<sup>8</sup>, além da justiça social (TORRES, 2012) em que o órgão de regulação (**regulation**) verificar-se-á o seu descumprimento, e na sua ausência deve proceder à responsabilização (COSTA, 2013; HOWLETT, RAMESH, PERL, 2013).

Resultando dessa maneira como pressuposto jurídico-filosófico<sup>9</sup> como assinala

---

6 Cf. Torres (2012, p. 162) eficiência é “um conceito econômico que articulam meios e resultados, destaca a relação custo/benefício de determinada política pública ou ato administrativo, e mais popularmente pode ser traduzida pelo chavão de se fazer mais com menos”, portanto, são “os mecanismos utilizados para obter êxito na ação estatal, ou seja, é preciso buscar os meios mais econômicos e viáveis, e utilizar a racionalidade econômica para maximizar resultados e minimizar custos, fazer o melhor com o menor custo, gastando com inteligência os recursos do contribuinte” (idem, p. 266).

7 Cf. Torres (2012, p. 266), eficácia como o “atingimento dos objetivos desejados por determinada ação estatal, pouco importando os meios e mecanismos empregados para atingi-los”.

8 Cf. Torres (2012, p. 266) dispõe que efetividade é a “avaliação deve ser esforçar para demonstrar o impacto da política pública nas condições de vida da população atingida, ou seja, a real capacidade do Estado de transformar a vida dos atores e grupos sociais previamente elencados. [...] sendo preocupação central averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais.”

9 Cf. Silva (2010, p. 91) quando estabelece como princípios políticos-constitucionais e jurídico-constitucionais, nesse passo o princípio jurídico como “mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servidor de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente, por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico”.

Foucault (2010a) de um discurso<sup>10</sup> de desconstrução<sup>11</sup> do racismo<sup>12</sup> e da discriminação<sup>13</sup>, além da valorização da cultura dos africanos e dos afro-brasileiros, especialmente, quando compreendida como Política Pública<sup>14</sup> de Estado (AITH, 2006, p. 238) antirracista (**anti-racism policy**) e de ação afirmativa (**affirmative action policy**).

Há de se constatar que o reconhecimento das teses do racismo (**racialism**) cuja cumplicidade na teoria racial “científica”, cujo fato até hoje não encarado do “racismo moderno como invenção da ciência” (YOUNG, 2005, p. 79), e da ideologia racista há de ser enfrentada através de efetivas Políticas Públicas (GUIMARAES, 2009), em nossa análise a partir da demanda judicial.

## 6 | ANÁLISE DO CASO

Verifica-se que somente a partir da intervenção do cidadão, no pleno exercício da cidadania e controle social<sup>15</sup>, utilizando-se de uma obra pertencente a Monteiro Lobato, houve por bem reconhecer o Estado que a discussão do racismo deve ser realizada, especialmente, no ambiente educacional.

A obra lobatiana encontra-se nesta situação, eis que produzida em tempos pretéritos em que o racismo, a discriminação racial, o preconceito se constituía como Política de Estado, conforme consignado na Constituição de 1934, cuja busca pelo melhoramento racial através da Eugenia e da Ideologia do Branqueamento se fazia presente.

Durante a discussão e “polêmica” gerada a partir da obra “Caçadas de Pedrinho”, inicialmente, haver-se-ia de garantir sua leitura perante as Instituições de Ensino fosse precedida de formação em relações Étnico-Raciais pelos Profissionais da Educação,

---

10 No Brasil a desconstrução do Racismo é um princípio filosófico-jurídico (Constituição Federal – Brasil) e diretriz-jurídico-política no Brasil (Estatuto da Igualdade Racial), cujo resultado no Brasil ainda é visto apenas do ponto de vista de uma política de enfrentamento e combate, apenas sob o viés de proposição de prevenção sem análise crítica.

11 Cf. Derrida (2008, p. 30) a premissa da diferença a partir de traços que podem ser interpretados como “os movimentos da desconstrução não solicitam as estruturas do fora. São passíveis e eficazes, só ajustam seus golpes se habitam estas estruturas. Se as habitam de uma certa maneira, pois sempre se habita, e principalmente quando nem se suspeita. Operando necessariamente do interior, emprestando-os estruturalmente, isto é, sem poder isolar seus elementos e seus átomos, o empreendimento de desconstrução é sempre, de um certo modo, arrebatado pelo próprio trabalho.”

12 Cf. Jones (1973), o racismo é fundamentado, basicamente, em três vertentes: i) **institucional**, como práticas e leis que refletem desigualdades, intencionais ou não; ii) **cultural**, proposta de um ideal de uma herança cultural eurocêntrica com a desvalorização da cultura de origem africana; iii) e, **individual**, quando pessoas as praticam de forma individualizada em razão dos traços físicos.

13 Cf. Guimarães (2004, p. 18) define discriminação racial “consiste no tratamento diferencial de pessoas baseado na ideia de raça, podendo tal comportamento gerar segregação e desigualdade”.

14 Cf. Bucci (2006, p. 39) Política Pública “é o programa de ação governamental que resulta de um processo ou um conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, a política pública deve visar à realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios a sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento dos resultados.”

15 Cf. O'Donnell (1998, p. 28) controle social ou **accountability** vertical “são ações realizadas, individualmente ou por algum tipo de ações organizada e/ou coletiva, com referências àqueles que ocupam posições em instituições de Estados, eleitos ou não”.

especialmente, em temas relacionados ao antirracismo.

Quando o Estado queda-se de efetuar a capacitação inicial e continuada, bem como pela sua baixa efetividade em Políticas Públicas Antirracistas, optou em transformar norma prescritiva em sugestão, verifica-se dessa forma a sua inércia que se configurou na ausência da desconstrução do racismo.

A obra encontra-se hoje em discussão no Poder Judiciário em face da situação consagrada por Foucault (2010) de juridicização, ou seja, a lei como princípio de toda regra, altamente valorizada na cultura ocidental representado nessa fase pela ausência efetiva dos órgãos de regulação, necessariamente, transpondo o debate para outra esfera de decisão.

Durante todas as instâncias apenas o termo “censura” foi ventilado, no sentido de considerar sua obra como desconstituída de outras possibilidades de leitura, pelo simples fato de não poder ser questionado o autor em relação a temas como o racismo, preconceito, estereótipo e eugenia.

Por sua vez o conceito de “antirracismo” não foi abordado pela inadmissibilidade de reconhecer sua existência e manutenção no Brasil, tanto como política pública e ideológica, cujos reflexos até os dias atuais permeiam a sociedade.

Se por um lado a obra, em tese, não se coadunaria com uma Educação das Relações Étnico-Raciais, especialmente, caso representasse para o Estado o reconhecimento da sua ineficácia na desconstrução do racismo, seria a oportunidade de tê-la como mecanismo de colaboração, fato não considerado durante parte do debate.

A mudança de orientação do órgão de assessoria apenas reflete a atual fase do racismo estamental, representado pelo baixo desempenho das autoridades de regulação, da ausência de efetivas políticas públicas antirracistas, sem qualquer responsabilização pela sua inoperância.

Quando se recusa de forma expressa reconhecer que obras literárias produzidas em tempos pretéritos reproduzem o racismo e a ideologia racialista, verifica-se o distanciamento da desconstrução do racismo, situação que pode e deve ser corrigida.

A obra lobatiana ter-se-ia agregado um valor incomensurável em todos os níveis de ensino, quando suas análises considerasse a necessidade de reconhecer o princípio da identidade étnico-racial, representando situação até hoje não alcançada pelo Estado.

## **7 | CONCLUSÕES**

O debate envolvendo “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato se constitui como uma dos maiores temas envolvendo as Políticas Antirracistas, fato corroborado por diversas pesquisas acadêmicas, noticiários, intelectuais, imprensa, certames públicos, destacadamente, a Academia Brasileira de Letras e o Poder Judiciário através do Supremo Tribunal Federal.

Com a mudança de orientação promovida pelo órgão de Educação, quando transformou norma prescritiva em sugestão no que tange a formação dos profissionais da Educação, resulta na ineficácia de implementação de políticas públicas na educação, novos locais de discussão são escolhidos, no caso, através do debate jurídico.

A identidade negra na América Latina tem buscado novos mecanismos para inclusão nas agendas governamentais das políticas antirracistas, pelo fato da existência da desconstrução (**deconstruction**) do racismo (**racism**) e das teses acadêmicas do racialismo (**racialism**), como orientação que deve ser operacionalizada.

Verificou-se, inicialmente, em relação a "Caçadas de Pedrinho, que as interpretações seriam pelo viés da "censura", desconsiderado o princípio do antirracismo previsto na legislação hodierna, motivo da análise perante a Suprema Corte do Brasil.

Com relação à formação inicial e continuada dos Profissionais da Educação para a Educação das Relações Étnico-Raciais, houve sua baixa efetividade, o mesmo ocorrendo com as Políticas Públicas Antirracistas.

A desconstrução do racismo a partir de Monteiro Lobato torna-se viável, quando a compreensão da mesma quando utilizada pelo viés antirracista ampliaria seu desiderato, nesse caso o Estado se furta dessa premissa.

A Reparação da Escravidão busca identificar situações concretas, como a "polêmica" lobatiana pode contribuir de forma positiva no antirracismo, fato não contemplado pelo Estado quando foi acionado através do Poder Judiciário.

A literatura tem se mostrado cada vez mais importante na construção do cidadão, sua contribuição é fato incontroverso, sua capilaridade é capaz de representar um dos maiores instrumentos de grande efetividade para a desconstrução do racismo.

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *Distúrbios identitários em tempos de globalização*. Mana [online], 2001, n. 2, pp. 7-33.

AGIER, Michel. *La antropología de las identidades en las tensiones contemporaneas*, Revista Colombiana de Antropología, Vol. 36, enero-diciembre 2006.

ANDI COMUNICAÇÕES E DIREITOS. *Imprensa e Racismo: uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília: 2011.

ANDRADE, Patrícia Ricardo. *Literatura e demandas Étnico-Raciais: o caso de Caçadas de Pedrinho* de Monteiro Lobato. ALMEIDA, Julia; SIEGA, Paula (Org.). *Literatura e voz subalterna: anais Vitória*: GM, 2013, pp. 385-394.

BARTH, Fredrik. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 1934.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 92, de 31 de janeiro de 2014. Aprova os Indicadores do Instrumento de Avaliação Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, na modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, com orientações para que material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação Antirracista. Parecer n. 06/2011, 01 de junho de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2012. Nota Técnica. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Diversidade, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Ações e Programas. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-e-programas>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Portaria n. 291, de 03 de julho de 2014, Institui o grupo de assessoramento técnico para acompanhar o Plano de Ação Nacional de Conservação da Onça Pintada.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança. 30952/2011. Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA) e Presidenta da República. Relator Ministro Luiz Fux.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança. 33072/2014. Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA) e Presidenta da República. Relatora Ministra Carmem Lúcia.

COSTA, Sérgio. *Perspectivas y políticas sobre racismo y afrodescendencia en América Latina y el Caribe*. In: HOPENHAYN, Martín y SOJO Ana, *Sentido de Pertenencia em Sociedades fragmentadas* Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

COSTA NETO, Antonio Gomes da. *A educação das relações étnico-raciais (2003-2013): racismo, transparência e efetividade*. Revista Educação Pública (CECIERJ). Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0412.html>

COSTA NETO, Antonio Gomes da. *A desconstrução do racismo através de Monteiro Lobato: uma análise do caso "Caçadas de Pedrinho"*. Revista do Centro de Letras e Comunicação. Caderno de Letras, n. 25, jul-dez, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/7338/5125>

COSTA NETO, Antonio Gomes da. *O Novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa da Educação Superior e a Educação Étnico-Racial*. Revista Educação Pública (CECIERJ). Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/direito/0010.html>.

COSTA NETO, Antonio Gomes da. *Os ativistas de Direitos Humanos e o Racismo*. Revista Educação Pública (CECIERJ). Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/cidadania/0159.html>

COSTA, Greiner. *Estrutura de Governo para Gestão Estratégica*. In: COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. *Gestão Estratégica em Políticas Públicas*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013, pp. 155-186.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DIWAN, Pietra. *O espetáculo do feio: práticas discursivas e rede de poder no eugenismo de Renato Kehl. 1917-1937*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução Mirian Chnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2008.

DIAZ-POLANCO, Héctor. Etnia, clase y cuestión nacional, in DIAZ-POLANCO, Héctor (org.) *Etnia y nación en América Latina*, México: Conaculta.

FERES JÚNIOR, João; NASCIMENTO, Lerner Nascimento; EISEMBERG, Zena Winona. *Monteiro Lobato e o Politicamente Correto*. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, no 1, 2013, pp. 69 a 108.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

GASPAR NETO, Verlan Valle; SANTOS, Ricardo Ventura; KENT, Michael. *Biorrevelações: testes de ancestralidade genética em perspectiva antropológica comparada*. In.: SANTOS, Ricardo Ventura; GIBBON, Sahra; BELTRÃO, Jane (Orgs.). *Identidades emergentes, genética e saúde: perspectivas antropológicas*. Garamon: Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012, pp.233-271

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

HASEMBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades do Brasil*. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

HOKKER, Juliet. *Las luchas por los derechos colectivos de los afrodescendientes en América Latina*. In: Hoffmann, Odile, *Políticas e identidad: afrodescendientes en México y América Central*, México, Conaculta, INAH, 2010.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. *Políticas Públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora*. Tradução T Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JANZ JÚNIOR, Dones Claudio. *A Eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná, 1931-1940*. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, 2012.

JACCOUD, Luciana. *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília. IPEA, 2009.

JONES, James. *Racismo e preconceito*. tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo, Edgard Blücher, Ed. Universidade de São Paulo, 1973

NOBLES, Wade. *Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado*. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009, pp. 277-298.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto, *Os descaminhos da identidade, RBCS Vol. 15 no 42. Fevereiro/2000*.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade étnica e moral do reconhecimento*. In: \_\_\_\_\_. *Caminhos da Identidade> ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006, pp. 19-59

O'DONNELL, Guilherme. *Accountability Horizontal e as novas poliarquias*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 44, São Paulo. 1998.

PORCIÚNCULA, Rafael Fúculo. *A ideais raciais na obra de Monteiro Lobato: ficção e não ficção*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas, 2014. IÚNCULA, Rafael Fúculo. *As ideias raciais na obra de Monteiro Lobato: ficção e não ficção*. 2014. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014

QUAGLINO, M. A. *Noções de raça e eugenia em Monteiro Lobato: vida e obra*. In: **XI** Encontro Regional de História ANPUH-RJ – Tema Democracia e Conflito (2004). Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004>> Acesso em 19/03/2009.

RANGEL, Egon de Oliveira. *Educação para o convívio da cidadania: o ensino da língua pode colaborar para a construção da cidadania?* RANGEL, Egon de Olivera; ROJO, Roxane Helena Rodrigues (Coord.). *Língua Portuguesa: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2010. pp. 183-200

RADOMYSLER, Clio Nudel. *Litígio Estratégico: um caminho para a igualdade racial? O Supremo Tribunal Federal como instrumento de concretização de direitos da população negra*. Monografia. Sociedade Brasileira de Direito Público. 2011;

\_\_\_\_\_. *STF: um espaço de luta do movimento negro*. Revista Direito e Práxis, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2013;



SILVA, André Luiz dos Santos. *A perfeição expressa na carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl – 1917-1919*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 33a. Ed. Malheiros Editores. 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: \_\_\_\_\_. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7a. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TRINDADE, André Karam; ROSENFELD, Luis. *Cervantes, Twain e Lobato: reflexões sobre direito, literatura e censura*. Revista Jurídica de Investigación e innovación educativa. Universidade de Málaga, 2013, pp. 09-24.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Fundamentos da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

VAN DIJK, Teun v. *Racismo e discurso na América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

YOUNG, Robert. *Desejo Colonial*. Perspectiva, 2005.

WADE, Peter. *Población negra y la cuestión identitaria en América Latina*. *Universitas Humanística* 65: 117-137. ISSN 0120-4807 (Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana). 2008 [http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C\\_Sociales/universitas/65/wade.pdf](http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C_Sociales/universitas/65/wade.pdf)

WADE, Peter. *Raza y Etnicidad en Latinoamérica*. Ediciones Abya-Yala: Quito, 2000.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 8, 135, 138, 139, 141, 143

Acesso 1, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 41, 51, 53, 61, 64, 65, 69, 80, 81, 83, 84, 85, 92, 95, 102, 107, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 135, 139, 140, 141, 142, 143, 154, 157, 166, 174, 175, 182, 183, 191, 192, 193, 195, 200, 204, 216, 217, 236, 239, 240

Afroletramento 7, 51, 54, 55, 58, 59, 61, 62

Agroecologia 104, 108, 112

Análítica da aprendizagem disposicional 8, 114

Anos iniciais 7, 51, 55, 58, 59, 60

Aplicación de ABP 9, 218

Aprendizagem 5, 8, 9, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 32, 33, 40, 46, 64, 66, 68, 80, 81, 82, 83, 85, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 128, 130, 133, 135, 140, 142, 143, 146, 148, 155, 158, 160, 161, 166, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 196, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 219, 231, 235, 236, 239, 241, 244, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 254, 256

Asignaturas Transversales 218, 221, 227

### B

Biblioteca Pública 124, 126, 127, 128, 133, 134

Bibliotecários 124, 125, 126, 129, 130, 132, 133

### C

Complejidad 218, 221, 223, 224, 225, 228

Construto 184

Coordenador escolar 231, 235, 237, 240

Currículo 22, 46, 50, 51, 56, 62, 64, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 156, 163, 192, 230, 233, 236, 238, 243, 244, 246, 248, 249, 250

Cursos Superiores de Tecnologia 206, 207

### D

Desafios da escola contemporânea 26, 29

Desconstrução 8, 35, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Desenvolvimento Sustentável 14, 15, 16, 24

Dislexia 9, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Distúrbios Neurológicos 194

Diversos modelos de família 26, 28, 29, 30, 32, 39

Docência 15, 18, 19, 22, 50, 69, 85, 144, 145, 147, 148, 149, 153, 171, 233, 257, 258, 259

Doença 170, 171

## **E**

EAD 8, 25, 115, 117, 118, 119, 122, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 155, 161, 168, 236

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 1, 4, 5, 7, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 156, 157, 162, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 204, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 252, 254, 256, 257, 258, 259

Educação a Distância 14, 16, 17, 25, 61, 63, 70, 85, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 138, 141, 142, 143, 156, 168

Educação Ambiental 104, 106, 107, 111, 112, 113, 157

Educação Infantil 9, 28, 30, 43, 44, 45, 49, 50, 54, 62, 95, 106, 107, 112, 149, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193

Educação Matemática 63, 64, 65, 66, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 259

Educação Penitenciária 63, 65, 69, 70, 82, 85

Ensino Superior 8, 88, 115, 118, 119, 121, 135, 138, 139, 141, 142, 143, 159, 160, 178, 180, 206, 207, 209, 211, 215, 216, 219, 248, 259

Estudante Trabalhador 206

## **F**

Formação Continuada 17, 19, 24, 28, 30, 41, 61, 92, 120, 137, 139, 230, 231, 234, 235, 236, 239, 240, 242, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256

Formação de coordenadores 10, 230, 231

Formação Docente 8, 24, 114, 121, 182, 230, 234

Funcionalidade 184, 242, 250

## **G**

Gestão Democrática 8, 43, 44, 46, 48, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 233

## I

Identidade 54, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 87, 89, 93, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 129, 154, 158, 162, 182, 187, 188, 231, 233, 236, 238, 240, 241, 249, 257

Indisciplina 22, 26, 28, 29, 30, 35, 40

## L

Letramento Acadêmico 155, 156, 158, 159, 167

Literatura 1, 2, 10, 11, 18, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 99, 103, 126, 130, 141, 174, 181, 182, 199, 232, 249

## M

Metodologias Ativas 9, 206, 207, 209, 211, 214, 215, 216

Modelagem Matemática 63, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 78, 80, 82, 83, 84, 85

Monteiro Lobato 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102

## O

Oficinas de Capacitação 194, 196, 201

Oportunidade 57, 64, 90, 94, 96, 98, 135, 140, 143, 198, 209, 251

## P

Pais ou Responsáveis 144, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 153

Papel social e educacional 124

Participação Comunitária 104

Pedagogia 9, 13, 21, 38, 49, 139, 149, 154, 155, 156, 161, 162, 163, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 191, 192, 193, 204, 208, 235, 239, 256

Pena de multa 7, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 85

Prática pedagógica 8, 16, 51, 57, 58, 114, 116, 118, 119, 179, 219, 251, 252

Proceso enseñanza y aprendizaje 218

Professores 5, 9, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 40, 41, 52, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 71, 78, 79, 81, 82, 92, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 130, 138, 139, 140, 148, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 191, 192, 201, 204, 206, 208, 209, 212, 214, 219, 230, 233, 234, 235, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259

Projeto 8, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 62, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 145, 147, 151, 152, 155, 161, 170, 171, 173, 189, 233, 234, 246, 260

Psicologia 9, 8, 15, 42, 160, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 191, 192, 198, 204, 207, 208, 215, 216, 239

## **R**

Racismo 8, 51, 52, 53, 55, 56, 60, 61, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

Representações Sociais 9, 176, 177, 179, 182

## **S**

Saberes Docentes 7, 14, 18, 25, 119, 242, 248, 249, 256, 257

Sala de aula virtual 8, 114, 117, 120, 121

Saúde 9, 48, 92, 95, 101, 104, 106, 107, 112, 152, 170, 171, 172, 173, 174, 186, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 243

Saúde Mental 9, 170, 171, 173, 174, 198

Sequência Didática 7, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 76, 79, 81, 82, 85, 160, 254

Sociabilidade 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12

Sociedades primitivas e escravistas 1

## **T**

Tecnologias 5, 15, 16, 17, 19, 22, 25, 30, 66, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 135, 140, 155, 209, 230, 236, 238, 245, 253

Tecnologias digitais 114, 116, 117, 121, 123

Tecnólogos 206, 207





Trabalho 7, 8, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 52, 55, 56, 58, 63, 65, 69, 81, 82, 92, 97, 104, 105, 108, 111, 113, 117, 120, 121, 122, 126, 128, 130, 131, 133, 139, 145, 150, 152, 153, 156, 158, 159, 160, 161, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 181, 186, 187, 189, 190, 192, 201, 204, 207, 208, 211, 212, 230, 234, 235, 238, 245, 246

Transdisciplinarietà 218, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228

# A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

## Perspectivas, Rumos e Desafios

# 1



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# A Educação dos Primórdios ao Século XXI:

Perspectivas, Rumos e Desafios

1

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2021